

Defesa, Segurança e Inteligência

Ten Cel QCO Oscar Medeiros Filho *

Relatoria da Mesa Redonda ocorrida no dia 20/9, das 19h às 21h40, tendo como presidente a Profa. Dra. Renata de Melo Rosa (UniCEUB), como moderador o Cel Valério Luiz Lange (CEEEx) e como painelistas: Prof. Dr. Eliezer Rizzo (UNICAMP), General de Exército R1 Carlos Bolivar Goellner (GSI/PR), Prof. Dr. Marco Cepik (UFRGS).

EMENTA ORIGINAL DA MESA REDONDA

A crise de segurança pública pela qual passa o País, marcada por quadro onde há sinais de uma perigosa simbiose entre grupos de banditismo armado e organizações criminosas internacionais, revela uma situação que, para além de uma questão conjuntural, aponta para possíveis vulnerabilidades do Estado brasileiro. Tal desafio sugere ações coordenadas pelos órgãos de defesa, segurança e inteligência. A efetivação de ações coordenadas enfrenta sérios desafios, desde o aprimoramento de operações interagências até a compreensão da sociedade brasileira que, de forma geral, desconhece o papel da inteligência em uma sociedade democrática. Diante do exposto, a presente mesa tem por objetivo discutir os pontos de contato entre os órgãos da defesa nacional, da segurança pública e da inteligência visando ao enfrentamento do quadro atual de (in)segurança que vive a Nação Brasileira.

Palavras-chave: Defesa; Segurança; Inteligência.

* Bacharel e Licenciado em Geografia pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (1995). Possui mestrado em Geografia (Geografia Humana - 2004) e doutorado em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (2010). Tem experiência na área de Geografia, Geopolítica e Segurança Internacional. Lecionou Geografia, Antropologia, Sociologia e Política na Escola Preparatória de Cadetes do Exército (1996-2010). Foi professor das Cadeiras de Relações Internacionais e Geografia da Academia Militar das Agulhas Negras (2011-2012). Foi professor e pesquisador nos programas de pesquisa e pós-graduação do Instituto Meira Mattos da Escola de Comando Estado-Maior do Exército (2013-2015). Atualmente exerce a função de Coordenador do Núcleo de Estudos Prospectivos do CEEEx.

1. Exposições

Prof. Dr. Eliezer Rizzo

A primeira exposição da mesa coube ao Prof. Eliezer Rizzo. Rizzo intitulou sua apresentação de “Defesa Nacional e Segurança dos Cidadãos”, buscando deixar claro a ideia de “segurança” como um direito básico da pessoa humana. Disse, de início, que não trataria de Inteligência. Partindo do pressuposto de que as pessoas condicionam cada vez mais suas vidas com base em questões de segurança, o Prof. Eliezer provocou a assistência perguntando quantos dos presentes já tinham sofrido algum tipo de violência social ligada à criminalidade. Procurou, mostrar, com isso, que a “insegurança condiciona a vida das pessoas, impedindo o usufruto dos direitos e obrigações cidadãs”. Nesse sentido, citou a ameaça atual do narcotráfico e o fato de que o crime organizado adota cada vez mais técnicas de guerrilha urbana. Citando a Política Nacional de Defesa, lembrou que segurança pressupõe a garantia aos cidadãos do exercício de seus direitos e deveres constitucionais. Assim, a segurança, tanto individual, como familiar, comunitária e societária, é também um direito.

Com relação aos instrumentos políticos de enfrentamento, tratou dos desafios do modelo federativo, considerando o que ele identificou como sendo um contraponto: “criminalidade sem fronteiras versus polícias adstritas a territórios (municípios e estados).” Rizzo considera necessário se pensar em um novo pacto federativo, a partir de uma revisão das responsabilidades dos entes da União. Citou problemas advindos do atual modelo, como questões relativas à cooperação versus competição (espírito de corpo + autonomia tradicional) e greves policiais militares (Rizzo

considera a ideia de greve envolvendo funcionários públicos armados uma forma de “motim”). Para evitar a banalização das operações GLO, considera importante “tornar permanentes os efeitos da Força Nacional de Segurança, passando a vincular-se a um Ministério da Segurança Pública (a ser criado).”

Sobre o quadro de corrupção em que vive o País, questionou sobre o papel dos setores civis e militares de Inteligência: “Qual terá sido a atuação destes organismos, nos últimos anos, diante da estrutura governamental de corrupção?”. Sobre o assunto, ressaltou que não há saída para a crise fora da Constituição. Nesse sentido, e concluindo sua fala, fez breve comentário sobre o Art. 142 da Constituição, segundo o qual as FA destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem. Para ele, uma leitura isolada do artigo gera uma espécie de “zoeira constitucional”. Segundo ele, faz-se necessário combinar esse artigo com o que diz a lei complementar (fazendo referência ao § 1º do Art. 15 da Lei Complementar Nº 97, de 9 jul 1999, segundo a qual: “Compete ao Presidente da República a decisão do emprego das Forças Armadas, por iniciativa própria ou em atendimento a pedido manifestado por quaisquer dos poderes constitucionais ...”).

Gen Ex R1 Bolivar

O Gen Bolivar intitulou sua apresentação de “Segurança Pública?”, procurando deixar claro, desde o início que o tema da mesa referia-se a uma ameaça maior que a expressão pode sugerir (trata-se de uma ameaça à segurança nacional). Disse que o GSI estava ali por se tratar de um órgão que se ocupa de “crises institucionais” e que o tema tem sido tratado nos últimos meses

como crise. Iniciou com uma afirmação contundente: “Se o é crime organizado, o Estado é desorganizado!”. Assim, apesar de a competência para o enfrentamento ao crime organizado ser estadual, os estados da federação não têm demonstrado capacidade para enfrentar essa crise de forma isolada, sendo necessário um Pacto Federativo, com a participação de estruturas de Inteligência em nível federal.

Disse também que problemas excepcionais sugerem soluções também excepcionais. Considerando a possibilidade da iminência de um caos, sugeriu que “ou acreditamos em uma solução ou capitulamos!”.

Como mecanismo de solução, o Gen Bolívar propõe uma maior integração entre as diversas áreas do Estado que trata do tema. Citou como bom exemplo o Comitê Integrado de Pronto-Resposta a Eventos Críticos (CIPREC), criado durante os Jogos Olímpicos, e que buscou integrar elementos da Segurança Pública (MJSP), da Defesa (MD) e da Inteligência (GSI /ABIN).

Fez referência à ameaça das Organizações Criminosas (ORCRIM), como PCC e CV, descrevendo o crime como uma espécie de negócio. Nesse sentido, considera que a estratégia adequada consiste em “seguir o dinheiro”. Faz-se necessário desestabilizar o orçamento, desarticular a liderança e desarmar o crime. Como estratégias para desarticular esse crime organizado, faz-se necessário a integração dos diversos do Estado e uma maior participação da sociedade nessa questão.

Por fim, o Gen Bolívar destacou dois aspectos considerados cruciais para o enfrentamento da crise: a) Eleições 2018, especialmente o risco de financiamento de candidaturas pelo crime organizado; b) o

desenvolvimento de postura mais participativa da sociedade brasileira no combate ao crime organizado. Conclui afirmando que “ou enfrentamos, ou perderemos essa guerra!”. Disse, por fim, que o Estado Brasileiro está trabalhando no sentido de resolver esse problema.

Prof. Dr. Marco Cepik

O Prof. Cepik intitulou sua apresentação de “Inteligência Estratégica: Desafios & Parâmetros” e dividiu sua exposição em quatro partes: a) Desafios; b) Contexto; c) Estrutura e d) Interações. Iniciou sua apresentação destacando a importância da Análise de Inteligência Estratégica (SIA), que supre avaliações sintéticas (estimativas probabilísticas e cenários estruturados). Ressaltou a tendência que temos em lidar com os problemas imediatos e os custos de se adotar uma perspectiva muito tática em detrimento de uma perspectiva mais estratégica e analítica.

Para Cepik, as pessoas preferem ganhos menores em um curto prazo e têm uma aversão maior a perdas, e isso incentiva os agentes a trocarem um conhecimento que é mais interpretativo, especulativo e incerto, por um conhecimento baseado em evidências, em nível tático. Dessa forma, lidar com problemas de Segurança Pública sem a utilização da Inteligência Estratégica é um risco.

Para ele, tendências de médio e longo prazo envolvem interações conflitivas entre múltiplos atores, bem como estruturas e contextos diversos. Assim, dada a natureza política da guerra, negligenciar a inteligência estratégica reduz as chances de ser relevante, vencer ou sobreviver.

No que diz respeito ao contexto, Cepik destacou quatro aspectos que estão mudando as condições em que a nação brasileira vai poder tomar suas decisões de futuro e sobre os quais há pouca margem de controle: 1) transição demográfica (crescimento e envelhecimento da população); 2) mudanças climáticas; 3) transição energética (da matriz baseada em combustíveis fósseis para uma matriz sustentável.); 4) transição tecnológica. No tocante às duas primeiras, é importante entender que a Inteligência Estratégica não pode entregar certezas, somente análise de riscos e uma probabilidade do grau de incerteza que se tem, de modo a tentar equilibrar as nossas ações e prioridades. A terceira (transição energética) envolve um dilema distributivo muito grande e provavelmente conflitivo. A quarta transição (tecnológica) implica mitigar os efeitos das outras transições ou agravar suas consequências.

No tocante às estruturas, o Prof. Cepik citou: 1) Sistema Político Internacional (Estados); 2) Sistema Econômico Internacional e 3) Sistema Político Nacional, destacando o que ele chamou de Capacidades: capacidades nucleares (“Tríade Estratégica”: ogivas nucleares, submarinos de propulsão nuclear lançadores de mísseis balísticos e bombardeiros estratégicos); capacidades espaciais (assegurar o uso de seus ativos espaciais); e capacidades convencionais (garante a inexpugnabilidade, ou seja, que qualquer outro país invada e conquiste seu território). Para ele, faz-se necessário diagnosticar o equilíbrio de poder das capacidades entre as grandes potências. Para tanto, o critério básico para ser uma grande potência corresponde a capacidades nucleares de segundo ataque. Nesse sentido, só três países possuem tais capacidades: China, Rússia e EUA.

O fato é que as questões de natureza política não são feitas só de contextos e estruturas, mas também de elementos dinâmicos: as interações. Para ele, atualmente as interações estratégicas mais importantes são as que ocorrem entre essas três potências (dissuasão nuclear entre EUA, Rússia e China) e suas consequências regionais. A segunda interação mais importante é o terrorismo, que é concebida como uma ameaça direta, mesmo em países que não têm a presença do Estado islâmico ou que não sofreram nenhum atentado terrorista. Nesse caso, a ausência de Inteligência Estratégica pode levar ao risco de um cenário no qual, baseando-se em noticiários, produzam-se mais regimes autoritários, fazendo a teoria do “choque de civilizações” vir a se tornar uma profecia auto cumprida. Citou ainda a tendência de missões de paz multidimensionais com mandatos robustos (i.e. com requerimentos de combate ofensivo), entendidos como sendo o “novo normal”.

Concluindo, o Prof. Cepik citou algumas implicações sobre os três elementos destacados. No que diz respeito ao contexto, aponta: 1) risco de guerras por recursos naturais; 2) risco de conflitos sociais violentos; 3) novos espaços geoestratégicos frutos da mudança climática (Ártico, Antártida); 4) reversão da globalização e a regionalização fundada em zonas cinzentas entre a guerra e a paz. Em relação à estrutura, em primeiro lugar foi citado a “tripolaridade desequilibrada” entre uma potência insular dominante que se comporta de maneira revisionista no sistema (tentando obter a primazia nuclear) e dois estados continentais (um em ascensão o outro em declínio) demanda uma recomposição hegemônica, podendo causar instabilidade no centro e na periferia do sistema. O risco de guerra central ou de guerras locais de alta intensidade envolvendo as grandes potências, parâmetro

central para se pensar o mundo em 2035. Operações de paz e Contraterrorismo são componentes menos determinantes, mas que acompanham os limites da institucionalidade multilateral no sistema internacional. Em relação às interações, sugere três cenários: a) Pessimista: adoção de estratégias mais agressivas, eliminação de mediações políticas e escalada nuclear, gerando guerra total, estagnação econômica secular e colapso ecológico; b) Otimista: recomposição hegemônica pacífica, com fortalecimento da multilateralidade, divisão de esferas de influência com poder compartilhado entre grandes potências e potências regionais; e c) intermediário: polarização média, a guerra endêmica que disputa legitimidade (moral e legal) e a instabilidade limitada ao Oriente Médio e países específicos na periferia.

Por fim, Cepik citou alguns dos desafios para se ajustar fins e meios, restabelecendo o significado de “fins coletivos”, dentre os quais destacamos: a) Política Nacional de Inteligência (PNI) e Estratégia Nacional de Inteligência (ENI) para reconciliar fins e meios; b) Efetividade (foco versus recursos escassos); c) Prioridades (análise estratégica e CI); e d) Requisito: qualificar analistas e educar o público. Como síntese desses desafios está a necessidade de se repensar o sistema de inteligência, entendido como uma parte relevante das estruturas de comando e controle.

2. Apontamentos sobre os debates

Iniciando a moderação, o Cel Lange abordou as principais ideias tratadas pelos painelistas, destacando, de cada um deles, os seguintes aspectos: a) o Prof. Eliezer foi capaz de “trazer o público” para a mesa, na medida em que abordou o tema a partir da ótica de um cidadão brasileiro; b) o Gen Bolívar deixou

clara a necessidade de soluções institucionais, partindo do pressuposto de que, “se o crime é organizado, o Estado é desorganizado”; e o Prof. Marco Cepik deixou clara, na sua excelente exposição, a importância da “unidade de esforço” e a tendência da “ação – reação”.

Fazendo o uso da palavra, o Prof. Eliezer agradeceu ao moderador por sua percepção da abordagem a partir da ótica de um cidadão. Disse que, apesar de ter sido muito pessimista em sua fala inicial, gostaria de deixar clara a sua convicção de que há coisas interessantes feitas pela sociedade civil, citando como exemplo as organizações de tratamento para dependentes de drogas.

O Gen Bolívar ressaltou que, sem Inteligência não se vai a lugar nenhum. Nesse sentido, considera importante se pensar a inteligência produzida pela ABIN como sendo uma inteligência estratégica de Estado. Citou também a importância de se considerar elementos da gestão em políticas públicas, como governança (estabelecer metas), conformidade (emprego dos recursos), e avaliação dos riscos. Sobre as eleições 2018, disse que serão um marco, considerando o risco de o crime organizado trabalhar para eleger candidatos.

O Prof. Cepik procurou deixar claro que ele não minimiza os dados de segurança pública no Brasil, pelo contrário. Disse que não gosta da ideia de que seria impossível separar insurgência, terrorismo e crime organizado.

Para ele, são duas lógicas diferentes: a insurgência é predadora (que tomar o poder). O crime organizado possui uma lógica parasitária (vive do convívio com a sociedade em busca de oportunidades). Há situações, entretanto, em que a estratégia parasitária se transforma em parasitóide, em que se corre o

risco de matar o hospedeiro por aumentar o grau de violência. Isso sugere medidas além da capacidade repressiva. Há que se trabalhar nas causas do conflito. Caso contrário, estaremos “enxugando gelo”. Para ele, uma escalada na violência reflete a profunda desigualdade da sociedade brasileira.

Por fim, foram apresentadas à mesa 5 questões principais: 1) a ideia de liberalização do uso das drogas; 2) o tratamento a refugiados no Brasil; 3) o direito a porte de armas; 4) as possibilidades de reforma política; e 5) possibilidade de poder de polícia a ABIN.

Sobre o tema da liberalização do uso das drogas, o Prof. Eliezer disse ter dúvidas, citando o caso de países europeus e do Uruguai. Para ele, simples fato de liberar o uso não vai levar a essa ideia otimista de diminuir o poder do narcotráfico, pelo contrário, para ele, o resultado a ser esperado seria uma penetração do narcotráfico no Estado. Para o Prof. Eliezer, somente um maior envolvimento da sociedade poderia levar a resultados mais positivos. Em relação aos refugiados, o Prof. Eliezer disse acreditar que há um dever moral da sociedade brasileira de acolher essas pessoas.

Sobre a reforma política, o Prof. Eliezer sugeriu o fim da reeleição seguida no legislativo. Para ele, é necessário forçar a renovação. Sugeriu a redução dos salários de vereadores e outros cargos públicos. Por fim, sugeriu a redução do número de partidos. Disse ainda que os compromissos que o Brasil vier a assumir nas áreas de segurança e defesa deveriam passar por Referendo.

O Gen Bolivar disse ser um tema complicado, mas acredita que se tal medida fosse tomada não resolveria o problema. Sobre o porte de armas, o Gen Bolivar citou a ideia defendida por muitos de que “não se pode abdicar do direito de se ter uma arma”. Quanto ao poder de polícia da ABIN, disse que não há razão de ser dela ter poder de polícia. O que se está fazendo é a regularização de sua parte operacional e normatização das atividades de inteligência.

O Prof. Cepik disse que precisa ver experimentos, senão é só especulação pessoal. Com relação à reforma política, disse que a raiz do problema está na “pulverização da oferta” (excesso de candidatos e partidos). Sugeriu a lista fechada e a redução do tamanho do distrito, além de colocar teto nominal (valor máximo de doação).

Referência

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA – UNICEUB. Defesa, Segurança e Inteligência. **YouTube**, 19 Set 2017. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=pmNA93khY0A>>. Acesso em: 30 out. 2017